



Marina Costa Lobo [marinacosta.lobo@gmail.pt](mailto:marinacosta.lobo@gmail.pt)  
Polítóloga

## Ventos do exterior na educação

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, liderado por Mariano Gago, parece estar a preparar terreno para reformar o sistema de ensino superior e a investigação em Portugal. Nos últimos tempos, duas entidades estrangeiras, a ENQA (European Agency for Quality Assurance) e a OCDE, prepararam e enviaram dois relatórios que irão presumivelmente servir de alavanca para as reformas que o ministro irá propor. São relatórios exaustivos da estrutura do ensino superior e da investigação em Portugal. Os jornais deram destaque à medida proposta pela OCDE de transformar cada universidade numa fundação, com autonomia para contratar e despedir docentes, que deixariam de ter vínculo à função pública. Seria uma pena que se reduzisse um relatório tão importante a isto.

ministério que negocie contratos-programas com cada instituição, consoante o seu desempenho, em vez de soluções comuns a todos.

Abstraindo agora dos méritos e defeitos deste estudo, interessa-me a necessidade crescente de os governos fundamentarem as decisões políticas externamente para as legitimar. É um exemplo interessante das consequências da falta de identificação partidária, da falta de ideologia e da relativa sofisticação do eleitorado. Numa sociedade sem vínculos partidários nem ideologias fortes, tudo tem de ser justificado à luz de pareceres técnicos que apontam “racionalmente” o caminho da melhoria social. Não basta a um governo ter uma maioria absoluta e o mandato por quatro anos, não há uma maioria partidária sólida e coesa na sociedade que o apoie. Além disso, a própria falta de ideologia dos partidos leva a que quando

viesses não só de uma entidade externa como estrangeira. Entram então agora a OCDE e a ENQA, que ao que parece recomendam várias coisas já anteriormente propostas pela CNAVES. Receio, no entanto, que para efectivar uma mudança em Portugal, num contexto de partidos fracos socialmente e já agora num contexto de contracção económica e diminuição do Estado, os relatórios agora apresentados não cheguem para gerar consenso e legitimidade em torno dessas políticas.

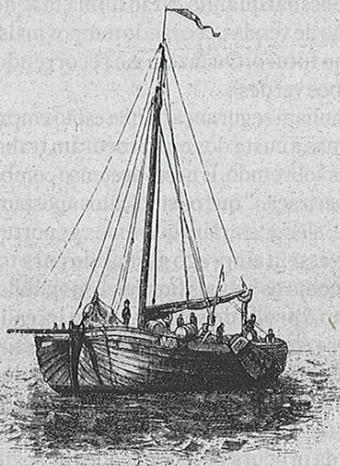
A UE surge como a única entidade externa que propõe reformas a par de compensações e represálias. Quando a UE propõe a transformação de uma política pública, tem, devido ao orçamento comunitário, contrapartidas e compensações a oferecer aos perdedores. Do mesmo modo, a UE pode ameaçar com represálias ao não cumprimento de reformas, o que funciona como um incentivo importante. Assim, foi possível mudar um sector tão “nacional” como a agricultura portuguesa. Diminuíram-se drasticamente os activos nesse sector, reorientaram-se as produções e aumentou-se a produtividade.

Na educação, só com o recente Processo de Bolonha é que o sector está finalmente a sentir os ventos da europeização. Mesmo assim, o que Bolonha irá potencialmente provocar não contempla seguramente tudo o que a OCDE e a ENQA sugerem. Sem retirar qualquer mérito a instituições como a OCDE ou a ENQA, que são respeitadas a nível mundial pelos seus estudos, elas estão simplesmente a oferecer um parecer. Não o fazem dando contrapartidas concretas, por exemplo assegurando o financiamento acrescido do ensino superior. Por outro lado, estas instituições também não ameaçam com represálias no caso de não cumprimento. Estará o Governo português em condições financeiras para gerir a reforma do ensino superior com recompensas e represálias credíveis? Se não estiver, anunciam-se grandes imobilismos no sector, à semelhança do que acontece na educação do básico e secundário. O que todo este processo de reforma do ensino superior mostra é que Portugal precisa de mais Europa, e não menos. ■

**Está o Governo em condições financeiras para gerir a reforma do ensino superior com recompensas e represálias credíveis? Se não, haverá grandes imobilismos no sector, como acontece no básico e no secundário. O que todo este processo de reforma do ensino superior mostra é que Portugal precisa de mais Europa, e não menos**

cheguem ao Governo estes se apoiem cada vez mais em entidades externas para legitimar e racionalizar as decisões.

A educação surge aqui como um caso exemplar. Primeiro criou-se uma entidade externa e independente, a CNAVES (Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior) para propor mudança no sector. Passados anos e alguma (pouca) mudança concluiu-se que será necessário que o impulso de transformação



O relatório recomenda reorganização através de fusões, parcerias entre universidades do litoral e do interior; abertura de cursos que vão ao encontro da procura – mas não propõe o fecho de nenhum estabelecimento de ensino. Não concorda com o cheque-ensino para incentivar o ensino superior privado. Diz também que os gastos com a educação no ensino superior terão de aumentar. Enfim, propõe uma autonomia diferenciada, sugerindo ao